DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES
Educação·Saúde·Direito

ASFIXIA DEMOCRÁTICA: VIOLÊNCIA, RESPONSABILIDADE POLÍTICA A PARTIR DE HANNAH ARENDT E FRANCO BERARDI

DEMOCRATIC ASPHYXIA: VIOLENCE AND POLITICAL RESPONSIBILITY IN HANNAH ARENDT AND FRANCO BERARDI

DOI: 10.55907
Receipt of originals: 22/09/2026
Acceptance for publication: 29/09/2026

ANTONIO JUSTINO DE ARRUDA NETO
Doutor em Direito pela Faculdade de Direito do Recife - UFPE.
Instituição: Universidade de Pernambuco - Campus Arcoverde
Endereço: Caruaru, Pernambuco, Brasil.
E-mail: arruda.neto@ufpe.br
Orcid: https://orcid.org/0000-0001-5188-3198

RESUMO

O artigo analisa o enfraquecimento da democracia a partir do diálogo entre Hannah Arendt e Franco Berardi. Parte-se da hipótese de que as democracias contemporâneas incorporaram mecanismos permanentes de normalização da violência que comprometem a pluralidade, a responsabilidade política e a capacidade humana de agir. Nesse contexto, busca-se responder ao seguinte problema de pesquisa: de que forma a mentira política como instrumento de violência compromete a responsabilidade democrática pelo mundo comum? Inicialmente, examina-se a relação entre verdade e mentira política em Hannah Arendt, evidenciando como a fabricação de narrativas, o negacionismo e a manipulação dos fatos fragilizam o espaço público democrático. Em seguida, discute-se a responsabilidade como condição de pertencimento ao mundo comum, destacando a centralidade do pensamento, do julgamento e da ação na preservação da vida política frente às formas contemporâneas de autoritarismo. Por fim, estabelece-se um diálogo com Franco Berardi acerca da categoria de "asfixia", compreendida como expressão da articulação entre neoliberalismo, financeirização e captura da vida. Os resultados indicam que categorias como precarização, exaustão, recessão e violência constituem mecanismos estruturais de redução da capacidade coletiva de agir. Conclui-se que a preservação da democracia exige o fortalecimento da responsabilidade política, da pluralidade e da ação coletiva como fundamentos ético-políticos do mundo comum.

Palavras-chave: Hannah Arendt. Franco Berardi. Democracia. Violência.

ABSTRACT

This article examines the weakening of democracy through a dialogue between Hannah Arendt and Franco Berardi. It is based on the hypothesis that contemporary democracies have incorporated permanent mechanisms for the normalization of violence that undermine plurality, political responsibility, and the human capacity for action. Within this context, the article addresses the following research question: How does political lying, as an instrument of violence, undermine democratic responsibility for the common world? First, it examines the relationship between truth and political lying in Hannah Arendt, demonstrating how the fabrication of narratives, denialism, and the manipulation of facts weaken the democratic public sphere. It then discusses responsibility as a condition of belonging to the common world, emphasizing the centrality of thinking, judgment, and action in preserving political life in the face of contemporary forms of authoritarianism. Finally, the article establishes a dialogue with Franco Berardi concerning the category of “asphyxia,” understood as an expression of the articulation between neoliberalism, financialization, and the capture of life. The findings indicate that categories such as precarization, exhaustion, recession, and violence constitute structural mechanisms for diminishing the collective capacity for action. The article concludes that preserving democracy requires strengthening political responsibility, plurality, and collective action as ethical-political foundations of the common world.

Keywords: Hannah Arendt. Franco Berardi. Democracy. Violence. .

1 INTRODUÇÃO

A democracia contemporânea atravessa um período marcado pela intensificação da violência política, pela disseminação sistemática da mentira, pela normalização do extremismo e pela ampliação das formas de captura econômica da vida. Embora tais fenômenos sejam frequentemente tratados como acontecimentos conjunturais, este artigo parte da compreensão de que eles constituem manifestações estruturais das transformações que atravessam o Estado democrático nas primeiras décadas do século XXI. O crescimento do negacionismo, a erosão da confiança nas instituições, a financeirização da economia e a precarização das condições de existência revelam uma reorganização profunda das relações entre política, economia e sociedade.

Nesse contexto, o pensamento de Hannah Arendt permanece particularmente atual ao oferecer categorias capazes de compreender a relação entre verdade, mentira, violência, responsabilidade e ação política. Sua reflexão demonstra que a preservação do mundo comum depende da capacidade humana de pensar, julgar e agir coletivamente, impedindo que a violência substitua a pluralidade como

fundamento da convivência democrática. Ao mesmo tempo, o conceito de "asfixia", desenvolvido por Franco Berardi, amplia essa análise ao demonstrar que a financeirização do capitalismo captura progressivamente o tempo, a linguagem e a própria experiência da vida, produzindo formas renovadas de precarização, exaustão e exclusão política.

O objetivo deste artigo consiste em analisar por meio de uma revisão bibliográfica como as categorias de mentira política, responsabilidade, pertencimento, violência e asfixia permitem compreender os mecanismos contemporâneos de enfraquecimento da democracia. Para tanto, estabelece-se um diálogo entre Hannah Arendt e Franco Berardi, buscando demonstrar que a crise democrática não decorre apenas do crescimento do autoritarismo, mas também da incorporação, pelas próprias democracias, de dispositivos permanentes de imunização e controle que restringem a pluralidade e a capacidade coletiva de ação.

2 VERDADE E POLÍTICA EM HANNAH ARENDT

O pensamento de Hannah Arendt oferece importantes ferramentas conceituais para a compreensão de questões centrais da contemporaneidade. Entre elas, destaca-se a complexa relação entre verdade, mentira e política, temática desenvolvida especialmente no ensaio *Verdade e Política* (1967), escrito em meio às controvérsias suscitadas pela publicação de *Eichmann em Jerusalém* (1963). Posteriormente incorporado à coletânea *Entre o Passado e o Futuro* (1961-1968), esse ensaio constitui uma profunda reflexão sobre as tensões inerentes ao espaço político e sobre as condições de preservação do mundo comum.

Para Arendt (1), a política mantém uma relação ambígua com a verdade. Se, por um lado, a pluralidade de opiniões constitui um elemento essencial da esfera pública, por outro, a supressão ou a manipulação dos fatos compromete as próprias condições de existência da vida democrática. A verdade factual, embora vulnerável às disputas de poder, representa um limite à arbitrariedade política e à fabricação sistemática da realidade (Arendt, 2014). A partir dessa perspectiva, torna-se possível problematizar a democracia brasileira contemporânea, especialmente durante os

períodos eleitorais, marcados pela intensificação da circulação de desinformação, pela disputa em torno da verdade factual e pela fragilização dos referenciais compartilhados de realidade.

Nesse contexto, emergem questões fundamentais: o que ainda caracteriza a política como espaço de ação e deliberação coletiva? Quais elementos permanecem preservados diante dos processos de distorção da verdade? Em outras palavras, qual é o "resto democrático" que resiste à erosão do mundo comum e continua a sustentar a possibilidade da experiência política? Essas questões conduzem à reflexão acerca dos elementos presentes na experiência analisada por Hannah Arendt (2014) e de como seu pensamento permanece capaz de iluminar a compreensão dos processos contemporâneos de "asfixia" da democracia.

Como forma de responder os questionamentos anteriores, a reflexão de Arendt sobre a relação entre mentira e política encontra expressão particularmente significativa no ensaio *A Mentira na Política: Considerações sobre os Documentos do Pentágono* (1971). Nesse texto, a autora demonstra como a mentira pode converter-se em técnica de governo e instrumento de condução dos corpos políticos. Em outras palavras, evidencia-se que a mentira deixa de constituir um acontecimento episódico para transformar-se em uma tecnologia de poder. Sob essa perspectiva, Arendt (2014) estruturou sua argumentação em torno de um elemento central: o convencimento.

Na contemporaneidade, entretanto, observa-se um elemento adicional que as democracias parecem perceber, mas relutam em reconhecer plenamente: a consolidação da crença de que a mentira deixou de constituir um problema político. Enquanto o debate permanecer restrito à oposição simplificada entre verdade e mentira, continuará prevalecendo um processo de asfixia democrática. Em vez de desenvolver mecanismos imediatos de resistência, frequentemente buscamos justificativas sofisticadas para explicar aquilo que, na realidade, opera de maneira evidente na captura da opinião pública.

Quando utilizamos a expressão "nós", referimo-nos às forças políticas progressistas ou, de modo mais amplo, àquelas que não compartilham dos discursos e das práticas da extrema-direita. Essas forças frequentemente despendem grande esforço na tentativa de explicar ou justificar determinados fenômenos políticos porque ainda resistem em compreender como técnica e tecnologia operam sobre uma base

consolidada na mentira. Embora Arendt não tenha analisado diretamente o papel das tecnologias digitais, sua reflexão oferece instrumentos teóricos para compreender como a técnica pode atuar como violência política. Nesse contexto, emerge uma questão decisiva: diante da abundância de informações e da existência de mecanismos destinados à verificação de fatos, por que continuamos a sucumbir à permanência da mentira enquanto tecnologia política?

Nos escritos sobre os Documentos do Pentágono, há uma passagem de Arendt (2017) sustenta que a liberdade humana está relacionada à capacidade de intervir no mundo, transformá-lo e inaugurar novas possibilidades. O pressuposto formulado pela autora permite o desenvolvimento de dois eixos interpretativos como forma de contrapor o questionamento que finaliza a pergunta do parágrafo anterior. O primeiro refere-se à inserção do ser humano no mundo comum; o segundo, à capacidade da ação como atividade simultaneamente ética e política. Dessa perspectiva decorre a compreensão de que a liberdade humana não se restringe à escolha individual, mas manifesta-se na capacidade de transformar a realidade e inaugurar novos modos de existência.

A passagem também evidencia que o mundo não constitui uma estrutura fixa ou imutável. Ao contrário, trata-se de uma construção histórica e política permanentemente suscetível à revisão, à reforma e à reinvenção. Nesse sentido, a liberdade implica responsabilidade, pois, ao mesmo tempo em que os indivíduos possuem a capacidade de transformar a realidade, também respondem pelas consequências de suas ações. Desse pressuposto decorre a compreensão de que somos responsáveis pelo mundo comum. Entretanto, essa responsabilidade encontra-se enfraquecida quando, mesmo compreendendo a realidade, permanecemos seduzidos pelo falseamento da própria verdade.

Considere-se, a título de exemplo, a atuação de um crítico teatral diante da estreia de uma peça. Inicialmente, sua função consiste em assistir ao espetáculo e registrar suas impressões, contribuindo para o debate público em torno da obra. Surge então, uma questão fundamental: o que efetivamente vemos quando assistimos a uma peça? Ou, em outra formulação, qual é a função das cortinas na constituição da experiência teatral?

O crítico, posicionado entre o público, observa atentamente o desenrolar da encenação e elabora sua interpretação a partir daquilo que lhe foi apresentado. A peça, entretanto, constitui uma representação ficcional, cuja existência depende do levantamento das cortinas que revelam o espaço da cena. Sua crítica, portanto, não corresponde à realidade em si, mas à interpretação construída sobre aquilo que foi desvelado diante de seus olhos. Ao utilizar adjetivos, metáforas e recursos argumentativos, procura convencer um público que ainda decidirá se a obra merece ou não ser assistida.

Fenômeno semelhante ocorre com as tecnologias contemporâneas, frequentemente utilizadas como instrumentos de controle, persuasão e falseamento da realidade. Sua função consiste em produzir narrativas capazes de convencer determinados públicos acerca de temas específicos. Como observa Arendt (2014), que a mentira frequentemente se mostra mais convincente do que a realidade, uma vez que o mentiroso pode estruturar seu discurso de acordo com as expectativas e os desejos previamente identificados em sua audiência. A reflexão da autora evidencia que a mentira frequentemente se apresenta como mais convincente do que a própria realidade porque é construída deliberadamente para corresponder às expectativas, aos desejos, aos medos e aos preconceitos do público. Enquanto a realidade permanece complexa, contraditória e, muitas vezes, frustrante, a mentira organiza-se em narrativas simples, coerentes e emocionalmente persuasivas.

O mentiroso, nesse contexto, dispõe de uma vantagem estratégica: conhece previamente aquilo que as pessoas desejam acreditar. Em vez de submeter sua narrativa aos fatos, molda-a de acordo com as expectativas da audiência. A mentira torna-se, assim, particularmente sedutora, pois confirma crenças previamente estabelecidas, oferece respostas aparentemente simples e elimina as ambiguidades inerentes ao mundo real. Essa reflexão constitui um dos elementos centrais da análise de Hannah Arendt (2014) acerca da política moderna. Para a autora, a fragilidade da verdade factual reside precisamente na impossibilidade de ser modificada para satisfazer interesses ou expectativas. Os fatos permanecem independentes de nossos desejos; a mentira, ao contrário, caracteriza-se por sua flexibilidade, podendo adaptar-se às circunstâncias e aos interesses daqueles que a produzem.

Sob uma perspectiva filosófica, a citação anterior também evidencia um problema ético e político de grande relevância: a facilidade com que sociedades inteiras podem ser conduzidas por narrativas artificiais quando a confirmação das próprias crenças passa a ser mais importante do que o compromisso com a verdade. Esse constitui o ponto decisivo da reflexão. O mentiroso deveria ser derrotado pela própria realidade, como sustenta Arendt (2014). Contudo, frequentemente encontra um aliado inesperado: o próprio público, que abdica do exercício do pensamento crítico e da faculdade do juízo.

A compreensão da realidade como instância de resistência foi progressivamente substituída pelo que atualmente se pode denominar tecnologias artificiais de controle, das quais a política se apropriou como estratégia eficaz para a construção de narrativas. Em outros termos, a política passou a instrumentalizar as formas contemporâneas de produção da inteligência coletiva, explorando as rupturas epistemológicas potencializadas pela inteligência artificial, conforme apontou Hui (2). Tais rupturas, entretanto, não ocorrem de maneira fortuita. Ao contrário, são programadas para estruturar narrativas de convencimento, uma vez que as tecnologias baseadas em algoritmos dependem da ruptura dos referenciais compartilhados de realidade para produzir novas formas de adesão política.

Retomando a figura do mentiroso que, em determinado momento, se confronta com a realidade e tem sua falsidade desvelada, observa-se que o debate público frequentemente concentra seus esforços em demonstrar que ele está errado, sem, contudo, enfrentar as estruturas que tornam sua mentira socialmente eficaz. Tanto Arendt (2014) quanto Hui (2020), cada qual em seu horizonte teórico, deslocam o foco da análise para a realidade social que sustenta tais processos, isto é, para as condições históricas, políticas e tecnológicas que moldam o agir coletivo. Dessa reflexão emerge uma questão decisiva: o sujeito massificado ainda é capaz de reconhecer a realidade política do outro? Em regra, ele reafirma apenas a própria posição, utilizando a manipulação de dados como elemento de confirmação de convicções previamente estabelecidas. A manipulação algorítmica, nesse sentido, não cria necessariamente novas crenças, mas intensifica disposições já existentes, reforçando discursos violentos que passam a ser percebidos como manifestações legítimas da realidade.

Ao aproximar esses referenciais da realidade política latino-americana, torna-se possível identificar um fenômeno recorrente nas recentes disputas eleitorais da região. As eleições de Javier Milei, na Argentina; de Daniel Noboa, no Equador; a ascensão política de José Antonio Kast, no Chile; de Rodrigo Paz, na Bolívia; de Abelardo de la Espriella, na Colômbia; e de Keiko Fujimori, no Peru, evidenciam a consolidação de plataformas políticas estruturadas em torno de um eixo comum: o combate à violência e ao narcotráfico. Mais do que simples programas de governo, essas narrativas mobilizam o medo como tecnologia política de convencimento. O discurso da segurança pública converte-se, assim, em mecanismo de produção da esperança coletiva, ao mesmo tempo em que legitima formas cada vez mais intensas de um extremismo político.

Nesse contexto, observa-se que a extrema-direita jamais abandonou suas formas de atuação política, mesmo após o colapso dos regimes totalitários e os julgamentos de Nuremberg. Em contrapartida, partidos, movimentos e setores comprometidos com a democracia liberal frequentemente passaram a operar sob a expectativa de que tais experiências autoritárias pertenciam definitivamente ao passado. Essa percepção revelou-se profundamente equivocada. Em certa medida, a própria democracia foi persuadida pela narrativa segundo a qual o autoritarismo havia sido definitivamente superado. Pode-se afirmar, portanto, que essa foi uma das grandes "fake news" da política contemporânea: acreditar que os bastidores do poder haviam desaparecido quando, na realidade, apenas permaneceram ocultos atrás das cortinas. A metáfora aproxima-se daquilo que Arendt (2008) denominou de tempos sombrios, nos quais a aparência substitui progressivamente a realidade política.

Mais uma vez estamos em um ano eleitoral. Enquanto escrevemos este texto, ainda permanecemos anestesiados com a Copa do Mundo mais antidemocrática e violenta da história, ao mesmo tempo em que se discute se Ancelotti escalará Neymar ou não. Pois bem, retornemos a essa primeira etapa discursiva: enquanto a sociedade assiste aos jogos, ela se vê imersa em um patriotismo barato e performativo. O que se observa é uma política produzida e reproduzida nos grupos de WhatsApp e em vídeos curtos, que circulam entre coletivos que acreditam na normalização da violência política. Como bem sabemos, ambos os polos mobilizam as ferramentas

tecnológicas em uma verdadeira guerra de narrativas, o que intensifica, cada vez mais, um processo de erosão democrática.

Sobre esse contexto da erosão democrática como consequência da relação entre verdade e mentira, recordemos dois textos fundamentais para a compreensão desse contexto nacional: *O pêndulo da democracia* (2019), de Leonardo Avritzer (2019), e *Sobre o autoritarismo brasileiro* (2019), de Lilia Moritz Schwarcz (2019). O cenário em que essas obras se inserem corresponde ao período posterior ao impeachment da Presidente Dilma Rousseff, caracterizado por diversos autores como um "golpe", às reformas implementadas durante o governo Michel Temer e à eleição de Jair Bolsonaro. Nesse contexto, Leonardo Avritzer (2019) formula um questionamento que permanece profundamente atual: O autor problematiza as transformações que vêm afetando elementos centrais do Estado de Direito, destacando seus efeitos sobre o processo de fragilização das instituições democráticas no país. Para aprofundar essa reflexão, é necessário retomar a discussão proposta por Lilia Moritz Schwarcz (2019): a autora observa que a elaboração de uma nova história do Brasil implicava não apenas uma revisão do passado, mas a construção deliberada de uma narrativa histórica destinada ao próprio país.

A partir dos dois exemplos apresentados pelos autores brasileiros, convém retomarmos a parte final da análise de Hannah Arendt acerca dos *Documentos do Pentágono*. Em sua leitura, Arendt (2017) identifica duas conclusões fundamentais. A primeira refere-se à construção de imagens políticas sustentadas pelos embustes e pela fabricação deliberada da realidade. A segunda diz respeito à introspecção dos próprios agentes políticos envolvidos na produção dessas narrativas. Desse modo, a mentira deixa de constituir apenas uma negação da verdade para converter-se em elemento constitutivo da própria racionalidade política, uma vez que a produção da verdade pública passa a depender das técnicas de fabricação, manipulação e ocultamento próprias da mentira. Nesse sentido, a mentira transforma-se em uma tecnologia de poder e de controle. É precisamente por essa razão que os escritos de Arendt permanecem atuais ao demonstrar como a política moderna estabelece uma relação estrutural com a mentira enquanto instrumento de persuasão de um público

que, muitas vezes, deixa de assumir responsabilidade pelos próprios embustes que reproduz.

O que se observa na contemporaneidade, assim como em outros períodos históricos, é o recurso permanente à apropriação discursiva, por meio da qual tanto a verdade quanto a mentira são mobilizadas como instrumentos de convencimento. Trata-se de um paradoxo particularmente perigoso, pois, uma vez amalgamadas no espaço público, torna-se cada vez mais difícil distinguir aquilo que corresponde aos fatos daquilo que resulta de sua manipulação. Uma das principais consequências desse processo é a consolidação do negacionismo, inicialmente dirigido contra a própria política, mas que rapidamente se estende à educação, à ciência e às instituições democráticas. As reflexões desenvolvidas por Avritzer (2019) e Schwarcz (2019) convergem, assim, para uma mesma indagação: o que ainda não compreendemos acerca dessa dimensão negacionista da política? A resposta a essa questão não será desenvolvida integralmente neste momento. Entretanto, importa recordar a advertência formulada por Arendt (2017) conclui que, embora a verdade possa ser fragilizada diante do poder, ela possui uma força própria, pois não pode ser efetivamente substituída pela persuasão ou pela violência. Assim, mesmo quando destruída ou ocultada, a verdade não encontra no poder um substituto legítimo.

A citação enfatiza a singularidade da verdade e sua capacidade de resistência diante das tentativas de manipulação política e do exercício do poder. Arendt (2017) sustenta que a verdade pode aparentar fragilidade porque, frequentemente, é vencida nos confrontos imediatos com o poder político. Governos, grupos de interesse e instituições podem ocultar fatos, difundir mentiras, censurar informações ou recorrer à violência para silenciar aqueles que a defendem. Nessa perspectiva, a verdade pode ser temporariamente derrotada no espaço público.

Todavia, essa aparente fragilidade não significa que a verdade possa ser eliminada ou substituída. Sua força reside precisamente em seu caráter irredutível, pois ela não depende da vontade dos governantes nem da adesão da maioria. Os detentores do poder podem produzir narrativas, ideologias e versões alternativas dos acontecimentos, mas são incapazes de substituir a realidade factual. No pensamento de Hannah Arendt (2017), essa reflexão decorre da distinção entre poder e verdade. Enquanto o poder opera no âmbito das opiniões, das decisões e das relações

humanas, a verdade factual possui uma objetividade que escapa ao domínio da vontade política. Por essa razão, mesmo quando a mentira prevalece circunstancialmente, sua permanência depende da ocultação da verdade e jamais de sua efetiva substituição.

A passagem permite compreender, portanto, que a verdade possui uma força própria e insubstituível. Embora possa ser perseguida, negada ou temporariamente obscurecida pelo poder, ela não pode ser artificialmente recriada nem definitivamente substituída pela mentira, uma vez que os fatos preservam uma existência que resiste às sucessivas tentativas de manipulação política e ideológica. É precisamente nesse ponto que se estabelece a dimensão dialética desta primeira parte da discussão. Se, por um lado, a verdade conserva sua resistência ontológica diante das estratégias de manipulação, por outro, a mentira adquire crescente plasticidade ao adaptar-se às exigências de cada contexto político. Sua eficácia decorre da capacidade de ser continuamente remodelada pelo intérprete e ajustada às necessidades da narrativa, convertendo a interpretação em um dos principais mecanismos de legitimação e circulação dos embustes no espaço público.

3 ENTRE O AMOR E A RESPONSABILIDADE MUNDI

A segunda seção tem como objetivo analisar o seguinte questionamento: se somos politicamente responsáveis pelo mundo, por que nos deixamos encantar por ideias extremistas? Recordemos que Arendt (2018) compreende a ação como a condição política da pluralidade e da capacidade humana de inaugurar novos começos. Entretanto, essa mesma ação deixa de cumprir sua finalidade quando a política é reduzida à violência. A pergunta que orienta esta seção decorre da permanência do estado de exceção que marca a experiência política posterior à Segunda Guerra Mundial.

Arendt (2018) apresenta o sentido de *amor mundi* como expressão de uma responsabilidade ético-política. Esse argumento decorre da capacidade humana de reconhecer-se como parte integrante do espaço público, constituído pela ação e pela pluralidade. A ação representa, assim, a possibilidade permanente de instituir novos começos. Todavia, aquilo que rompe essa capacidade de agir e de compartilhar um

mundo comum foi precisamente o fenômeno que Arendt identificou ao analisar o julgamento de Eichmann, isto é, a desumanização do outro produzida pela incapacidade de pensar e de julgar.

O julgamento de Eichmann apresenta, inicialmente, uma característica jurídica de grande relevância. Diferentemente do Tribunal de Nuremberg, ele não consolidou uma jurisprudência internacional voltada à proteção dos direitos humanos. Contudo, revelou de maneira exemplar como a normalização social da sociedade alemã constituiu uma das condições de possibilidade da práxis nazista. Sob outro aspecto, Eichmann não representa apenas uma categoria ético-política, mas simboliza a própria estrutura do totalitarismo. Trata-se do indivíduo integrado à massa que assume como dever não apenas cumprir ordens, mas também abdicar da capacidade de questioná-las, buscando tornar-se um funcionário eficiente e exemplar. Seu reconhecimento social passou a depender da eficiência burocrática, por meio da qual procurou justificar sua própria humanidade e seu lugar no mundo. O paradoxo reside justamente no fato de que essa pretensa realização pessoal foi construída mediante a responsabilidade pela produção de um mundo fundado na violência.

Nesse sentido, retorna o eixo central desta seção: a responsabilidade. Como se sabe, Arendt não desenvolve uma teoria sistemática acerca desse conceito. Em vez disso, apresenta Herzog (2020) os elementos constitutivos que permitem compreendê-lo. A responsabilidade, em seu pensamento, constitui uma forma de pertencimento ao mundo comum, isto é, o reconhecimento de si como parte do espaço político compartilhado. É precisamente desse pertencimento que decorre o exercício da condição política da ação. Por essa razão, Rocha (2022) indica que a responsabilidade está profundamente vinculada à dimensão moral da existência humana e às faculdades que constituem a vida do espírito, especialmente aquelas relacionadas à reflexão e ao julgamento. A interpretação dessa afirmação conduz à compreensão de que a responsabilidade está intrinsecamente vinculada à vida do espírito porque pressupõe a capacidade de pensar e de julgar. Ser responsável significa não agir de maneira automática nem limitar-se à obediência, mas assumir conscientemente as consequências dos próprios atos perante si mesmo e perante os outros. Trata-se, portanto, de uma responsabilidade ética fundada na reflexão e na autonomia do julgamento moral.

Essa constitui, de fato, uma das principais preocupações de Arendt nos ensaios reunidos em *Responsabilidade e Julgamento* (2004). Neles, a autora busca distinguir a responsabilidade moral individual da responsabilidade coletiva, deslocando, após o julgamento de Eichmann, o centro da discussão para o pensamento e para o juízo como fundamentos da responsabilidade (2004). A responsabilização decorrente da norma jurídica resulta da coerção institucionalizada pela sentença. Entretanto, foi justamente o confronto entre essa responsabilização jurídica e a dimensão moral que constituiu o verdadeiro ponto de inflexão identificado por Arendt.

Essa tensão torna-se ainda mais evidente quando o tema da responsabilidade é articulado ao pertencimento. Embora Arendt procure estabelecer distinções conceituais importantes entre diferentes modalidades de responsabilidade, o pertencimento permanece como um elemento político indispensável à compreensão do problema. A responsabilidade pelo mundo não depende exclusivamente das instituições políticas nem da imposição de normas jurídicas. Antes disso, ela constitui um modo de ser do indivíduo no espaço público. A responsabilidade não se reduz, portanto, a um dever imposto externamente, mas manifesta-se como uma condição existencial assumida por aqueles que reconhecem sua inserção no mundo comum.

Segundo Annabel Herzog (2020), essa dimensão do pertencimento aparece de maneira exemplar no ensaio "Nós, os refugiados" (1943), no qual Arendt propõe que aqueles expulsos de sua terra sejam compreendidos como "recém-chegados" e não simplesmente como refugiados. A mudança terminológica revela uma profunda dimensão política, pois afirma que a expulsão territorial não rompe o vínculo fundamental entre o indivíduo e o mundo. A própria autora (7) desenvolve argumento semelhante na introdução de *A Condição Humana* (2018), ao sustentar que mesmo o astronauta, ao deixar a Terra, não abandona o seu mundo. Assim, ainda que a violência política expulse indivíduos de sua comunidade, ela não elimina sua condição de pertencimento ao mundo comum. Como afirma Arendt (2016) que a reconstrução da vida após experiências adversas exige força e otimismo, ressaltando que a esperança e a disposição para recomeçar foram fundamentais nesse processo.

A passagem revela, em suas entrelinhas, uma compreensão essencialmente coletiva da existência humana. O objetivo da reconstrução não consiste apenas na recuperação individual, mas na restauração de um mundo compartilhado. Não se trata

apenas de sobreviver, mas de reconstruir vínculos sociais, instituições, formas de convivência, memórias e horizontes comuns de futuro. A existência humana realiza-se, portanto, na comunidade e na pluralidade.

Outro aspecto igualmente relevante consiste no fato de que a força não pertence exclusivamente ao indivíduo. Ela emerge da ação conjunta, da cooperação e da capacidade de um grupo sustentar coletivamente a esperança. O otimismo converte-se, assim, em um recurso político compartilhado que permite enfrentar experiências traumáticas sem sucumbir à paralisia ou ao desespero. A identidade coletiva passa a constituir-se precisamente em torno dessa esperança comum. O "nós" presente na citação não corresponde à simples soma de indivíduos, mas à constituição de uma comunidade que reencontra sentido na reconstrução do mundo comum. O otimismo funciona, desse modo, como vínculo político capaz de manter aberta a possibilidade de um novo começo.

Sob essa perspectiva, tanto o totalitarismo do século XX quanto os autoritarismos contemporâneos, marcados pela normalização do extremismo, possuem como característica fundamental o rompimento com a experiência da coletividade. A violência promovida por grupos e movimentos políticos que instrumentalizam a vida humana e negam a pluralidade constitui uma das consequências mais evidentes dessa ruptura. Nesse aspecto, a reflexão desenvolvida por Arendt (2008) em "Homens em Tempos Sombrios" (2008) revela-se particularmente atual, uma vez que os processos contemporâneos de normalização da violência continuam colocando em risco a própria condição humana.

Poder e violência constituem, nesse contexto, categorias indispensáveis para compreender a relação entre pertencimento e exclusão política. A convergência entre ambos tem como finalidade retirar o indivíduo do espaço público, privando-o da possibilidade de agir e de participar da construção do mundo comum. Retomando a questão que orienta esta subseção, acerca do encantamento produzido pelas ideias extremistas, soma-se a ela a provocação formulada por Arendt (2016) questiona as razões que levam determinado grupo a apoiar uma figura ou projeto político, atualizando a indagação para enfatizar a permanência desse apoio mesmo diante das circunstâncias que poderiam colocá-lo em dúvida. No contexto político atual, uma possível resposta exige considerar a permanência histórica das estruturas patriarcais

e escravistas que conformaram nossa experiência política. Longe de terem sido superadas, tais estruturas foram continuamente atualizadas, assumindo novas formas discursivas e institucionais. Desse modo, as democracias contemporâneas incorporaram, em grande medida, os escombros da violência política às suas próprias codificações jurídicas e estruturas institucionais.

Portanto, o encantamento pelas ideias extremistas não constitui um fenômeno novo, mas encontra raízes profundas na memória de um passado colonial que continua a produzir efeitos no presente. Uma de suas consequências mais evidentes consiste no fato de que os movimentos de extrema direita raramente são compelidos a justificar seus pressupostos, enquanto as forças progressistas despendem grande parte de sua energia demonstrando aquilo que deveria constituir o fundamento elementar da convivência política, isto é, o reconhecimento da própria humanidade. O conflito contemporâneo, portanto, já não consiste apenas em distinguir a verdade da mentira, mas em saber se ainda somos capazes de reconhecer e preservar uma humanidade comprometida com os princípios da democracia.

3 A ASFIXIA DEMOCRÁTICA POR FRANCO BERARDI

Nesta última parte da discussão, propomos um diálogo com Franco Berardi, conhecido como "Bifo", pensador italiano que, em plena pandemia, recupera uma categoria fundamental para compreender a contemporaneidade: "asfixia". O termo não é empregado em tom sarcástico nem desrespeitoso em relação às vítimas da pandemia. Ao contrário, constitui uma categoria analítica que permite compreender que a asfixia social antecede a crise sanitária, sendo resultado da associação cada vez mais estreita entre política e neoliberalismo. Sob essa perspectiva, a pandemia apenas tornou visível um processo de captura da vida que já se encontrava em curso muito antes do período pandêmico.

Em *Asfixia* (2020), Berardi (2020) desenvolve uma reflexão acerca da relação entre economia, corpo e a crise permanente produzida pelo capitalismo contemporâneo. Entretanto, outro aspecto igualmente relevante emerge de sua

análise: a interferência das finanças sobre a própria capacidade da ação política. A partir dessa perspectiva, o autor propõe compreender a economia por meio da articulação entre tempo, dinheiro e linguagem (2020). Quando essa tríade é incorporada pelo poder político, produz-se uma forma de violência frequentemente ocultada pelo discurso da produtividade e da eficiência econômica. Trata-se, contudo, de uma violência que expropria o futuro político, social e plural dos indivíduos, reduzindo suas possibilidades de ação e de participação no mundo comum.

A consequência dessa tríade manifesta-se naquilo que Berardi (2020) denomina precariedade da vida. Nessa condição, a existência perde progressivamente seu pertencimento ao próprio ambiente, tornando-se cada vez mais fragmentada. O trabalho cognitivo realizado por meio do "home office" constitui um exemplo emblemático desse processo, pois rompe os vínculos entre o trabalhador e o espaço em que sua experiência social se desenvolve. A precariedade deixa, assim, de representar apenas uma condição econômica para converter-se em uma forma de existência. Nesse ponto, a reflexão de Berardi aproxima-se da desenvolvida por Judith Butler em "Corpos em Aliança e a Política das Ruas" (2015). Butler (2019) sustenta que a vida precária resulta de formas de violência estatal que não apenas destroem os vínculos éticos e sociais, mas também redefinem quem pode ou não ser reconhecido como portador de uma vida digna de proteção. Berardi (12), por sua vez, desloca essa discussão para o interior da racionalidade econômica, ao compreender a precariedade como o primeiro estágio da captura da vida pelo tempo e pelo capital, convertendo-a em objeto de aprisionamento e exploração.

Por essa razão, afirma Berardi (2020) compreende a precarização do trabalho como um fenômeno que ultrapassa a perda do emprego formal e a redução salarial, envolvendo também a fragmentação das relações trabalhistas e o enfraquecimento dos vínculos entre os trabalhadores e o território. A passagem evidencia que a precarização do trabalho constitui um fenômeno estrutural muito mais amplo do que a perda do emprego formal ou a redução da renda. Ela representa uma transformação das relações sociais que sustentam a experiência do trabalho e da própria vida coletiva. Sob essa perspectiva, o desemprego deixa de ser compreendido como um acontecimento isolado para converter-se em consequência de uma racionalidade política programada, legitimada por indicadores financeiros e argumentos

relacionados à contenção de despesas, à reestruturação organizacional ou à modernização dos quadros funcionais. A difusão de expressões como "empresário de si mesmo" e a expansão da chamada uberização ilustram precisamente essa racionalidade, na qual a precariedade é apresentada como sinônimo de autonomia, ocultando as novas formas de exploração do trabalho.

Uma das consequências mais significativas desse processo consiste no deslocamento da riqueza coletiva mediante aquilo que Berardi (2020) denomina recessão. Sob uma perspectiva política, o autor afirma que a recessão pode ser compreendida como uma forma pela qual o economista interpreta e traduz as contradições entre a potência produtiva do intelecto geral e as limitações impostas pelas atuais estruturas de financeirização. A afirmação sugere que a recessão não constitui apenas um conceito técnico da economia, mas uma linguagem destinada a produzir sentido para as contradições do capitalismo financeirizado. Em outras palavras, a recessão converte-se em um signo que reorganiza socialmente a percepção da crise, naturalizando processos de perda de direitos, desemprego e redução das garantias sociais. A linguagem econômica transforma-se, assim, em instrumento de violência política, legitimando a reorganização da produção e do trabalho segundo a lógica da articulação entre tempo, dinheiro e linguagem.

Dessa reflexão decorre outro elemento constitutivo da asfixia contemporânea: a exaustão. Trata-se não apenas da perda de energia física, mas também do esgotamento das capacidades sociais, afetivas e produtivas dos indivíduos. Como argumenta Berardi (2020) que a redução da energia estaria relacionada a uma tendência demográfica global, marcada pelo envelhecimento da população em decorrência do aumento da expectativa de vida e da diminuição das taxas de fecundidade. A passagem evidencia um dos paradoxos da contemporaneidade. Ao mesmo tempo em que a sociedade amplia sua capacidade tecnológica e produtiva, enfrenta profundas transformações demográficas que impõem novos desafios relacionados à renovação da força de trabalho, à sustentabilidade dos sistemas econômicos e à adaptação às constantes mudanças tecnológicas. A exaustão deixa, portanto, de ser apenas um fenômeno biológico para tornar-se também uma categoria política que expressa os limites do atual modelo de organização econômica.

O terceiro argumento decorre da própria articulação entre tempo, dinheiro e linguagem, ilustrada por Berardi (2020) a partir da função desempenhada pelos bancos. Mais do que armazenar moeda, essas instituições passam a administrar o tempo convertido em valor econômico. Nessa lógica, os bancos capturam não apenas os recursos financeiros dos investidores ou dos próprios Estados, mas também seus horizontes de futuro, submetendo indivíduos e países às dinâmicas das políticas monetárias e da financeirização global. Trata-se de um poder que frequentemente transcende os limites da soberania política tradicional e que opera por meio de uma linguagem econômica apresentada como técnica e neutra, embora produza efeitos profundamente violentos sobre os corpos e sobre a vida social. É justamente nessa relação entre tempo e valor que Berardi (2020) identifica uma das características centrais do capitalismo financeirizado, no qual a captura do futuro converte-se em uma das principais formas contemporâneas de exercício do poder. Por essa razão, temos o que autor (2020) sustenta que a relação entre violência e financeirização do capitalismo não é circunstancial ou passageira, mas possui caráter estrutural. Nesse sentido, argumenta que a economia financeirizada depende da violência como mecanismo de decisão, sobretudo diante da ausência de padrões capazes de orientar e regular as relações econômicas.

A citação indica que a violência não deve ser compreendida como um fenômeno externo ou contingente ao capitalismo contemporâneo, mas como um elemento constitutivo de sua configuração financeirizada. Ao afirmar que a relação entre violência e financeirização "não é acidental e extemporânea", Berardi (2020) rejeita interpretações que atribuem os conflitos sociais, as crises econômicas e as formas de coerção a circunstâncias meramente excepcionais. Ao contrário, a violência é apresentada como um componente estrutural do funcionamento de um sistema econômico marcado pela predominância das finanças sobre a produção e pela crescente instabilidade dos mecanismos de regulação social e política.

Nessa perspectiva, a afirmação da citação anterior evidencia que, em um contexto de enfraquecimento das referências normativas compartilhadas e de dissolução dos parâmetros estáveis de organização econômica e social, os processos decisórios passam a depender, cada vez mais, de mecanismos de imposição e coerção. A violência não se restringe, nesse caso, ao emprego direto da força física,

mas compreende também dispositivos econômicos, institucionais e simbólicos que produzem exclusão, insegurança e subordinação. A financeirização, portanto, institui um ambiente em que as decisões fundamentais passam a ser determinadas por relações profundamente assimétricas de poder, convertendo a violência em um instrumento permanente de administração das contradições inerentes ao capitalismo contemporâneo.

Por essa razão, destaca-se a relação entre esgotamento e asfixia. A economia, por meio de sua linguagem estruturalmente violenta, produz novas formas de captura da existência. Nesse contexto, Berardi (2020) argumenta que a máquina tecnolinguística, ao mesmo tempo que disponibiliza novas formas de linguagem e comunicação às pessoas, também substitui espaços e funções que tradicionalmente eram ocupados por seres humanos, especialmente entre as novas gerações. A passagem evidencia que a inovação tecnológica, embora amplie as capacidades cognitivas e comunicativas da sociedade, também pode converter-se em um mecanismo de exclusão social. Ao deslocar progressivamente o trabalho humano e reconfigurar as formas de inserção produtiva, a tecnologia favorece processos de precarização, desemprego e perda de perspectivas, sobretudo entre as gerações mais jovens. A reflexão conduz, assim, à necessidade de enfrentar um dos principais desafios éticos e políticos da contemporaneidade: compatibilizar o desenvolvimento tecnológico com a preservação das condições de participação política, do trabalho digno e do reconhecimento da dignidade humana em uma sociedade crescentemente mediada por dispositivos técnicos.

A partir dos elementos desenvolvidos ao longo desta discussão, torna-se possível compreender que as ameaças contemporâneas permanecem profundamente vinculadas a um passado estruturado pela violência. Longe de constituir uma realidade superada, esse legado continua produzindo formas renovadas de asfixia que restringem a pluralidade e comprometem a capacidade de ação política. Como sustentamos anteriormente, as democracias contemporâneas incorporaram, em grande medida, os escombros da violência política do século XX às suas estruturas normativas e institucionais. Basta observar as Cartas Constitucionais e os diversos mecanismos jurídicos concebidos para a proteção da ordem democrática que, simultaneamente, funcionam como dispositivos de autoimunização

política. Nesse sentido, a democracia passa a conviver com o paradoxo de buscar proteger-se por meio de técnicas de controle que frequentemente restringem as condições de exercício da própria liberdade que pretendem preservar. A asfixia revela-se, assim, como uma tecnologia política contemporânea que, de forma gradual e silenciosa, corrói a experiência da pluralidade, enfraquece o agir político e compromete a própria humanidade do ser humano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida permitiu demonstrar que a crise democrática contemporânea é potencializada pela normalização de tecnologias fascistas, nas quais verdade e mentira passam a coexistir em uma relação de simbiose política. O resultado desse processo é a consolidação de governos e de estruturas estatais de caráter fascista. Nessa perspectiva, a erosão democrática não pode ser compreendida exclusivamente pela ascensão de governos autoritários ou pela disseminação de discursos extremistas. Trata-se de um fenômeno mais profundo, no qual mentira política, violência, financeirização e precarização convergem para restringir as condições de existência do espaço público e enfraquecer a pluralidade que sustenta a democracia.

A leitura de Hannah Arendt evidencia que a responsabilidade política constitui uma condição de pertencimento ao mundo comum e depende da capacidade de pensar, julgar e agir diante da realidade compartilhada. A mentira política, quando naturalizada, compromete precisamente essas faculdades, favorecendo processos de normalização da violência e de dissolução da responsabilidade coletiva. Em diálogo com essa perspectiva, Franco Berardi demonstra que a financeirização do capitalismo produz uma forma contemporânea de violência que captura o tempo, a linguagem e a vida, convertendo a precarização, a exaustão e a insegurança em mecanismos permanentes de administração social.

Portanto, a democracia contemporânea enfrenta uma dupla ameaça. De um lado, persistem as estruturas históricas de violência que atravessaram o século XX e continuam sendo atualizadas nas instituições e nas práticas políticas. De outro, consolidam-se formas mais sofisticadas de captura da existência, legitimadas pela

racionalidade econômica e pelas tecnologias de controle. Nesse cenário, a reconstrução da democracia exige recuperar a centralidade da responsabilidade política, do pertencimento ao mundo comum e da pluralidade como fundamentos éticos da ação coletiva. Somente uma política comprometida com esses princípios poderá interromper os processos contemporâneos de asfixia democrática e restituir ao espaço público sua capacidade de produzir liberdade, participação e novos começos.

REFERÊNCIAS

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. Tradução de Roberto Raposo e Rev. de Adriano Correia. 13. ed. rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2018.

ARENDT, Hannah. **Crises da República**. Tradução de **Crises da República**. Tradução de José Volkmann. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2017

ARENDT, Hannah. **Escritos Judaicos**. **Escritos Judaicos**. Tradução de Laura Degaspare Monte Mascaro; Luciana Garcia de Oliveira; Thiago Dias da Silva. Barueri: Editora Amarilys, 2016.

ARENDT, Hannah. **Entre o Passado e o Futuro**. Tradução de Mauro W. Barbosa. São Paulo: Perspectiva, 2014.

ARENDT, Hannah. **Homens em Tempos Sombrios**. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARENDT, Hannah. **Responsabilidade e Julgamento**. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

AVRITZER, Leonardo. **O Pêndulo da Democracia**. São Paulo: Todavia, 2019.

BERARDI, Franco. **Asfixia**: Capitalismo Financeiro e a Insurreição da Linguagem. Tradução de Humberto do Amaral. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

BUTLER, Judith. Butler, J. (2019). **Corpos em aliança e a política das ruas**: Notas para uma teoria performativa de assembleia. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

HERZOG, Annabel. Responsabilidade. *In:* HAYDEN, Patrick. **Hannah Arendt**: Conceitos Fundamentais. Tradução de José Maria Gomes de Souza Neto. Petrópolis: Editora Vozes, 2020.

HUI, Yuk. **Tecnodiversidade**. Tradução de Humberto do Amaral. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

ROCHA, Alexandrina Paiva da. (2022). Responsabilidade. *In:*CORREIA, Adriano; ROCHA, Antonio Glauton Varela; MÜLLER, Maria Cristina; AGUIAR, Odilio Alves. *Dicionário Hannah Arendt*. 1. ed. São Paulo: Edições 70, 2022.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.